



A LINGUAGEM SOB O PARADIGMA DA COMPLEXIDADE

André Pullig¹

Simone Pereira de Oliveira²

Edwaldo Costa³

RESUMO: O que nos singulariza dentre os demais seres vivos é a necessidade imperiosa e a capacidade de nos comunicarmos. Este trabalho pretende lançar um olhar sobre a linguagem em consonância com a teoria da complexidade. Veremos que a associação entre sujeito (ser humano) e objeto (linguagem) é inexcludente. Dessa forma, colocaremos em evidência algumas circunstâncias que envolvem a relação dos falantes com a língua, dentre as quais o preconceito linguístico, a fim de lançarmos um olhar sobre os discursos reducionistas e discriminatórios, levados pelo desconhecimento do pensamento complexo que perpassa pela pós-modernidade. A metodologia utilizada para a construção deste artigo foi: pesquisa de natureza básica com abordagem qualitativa, de cunho exploratório-descritivo, com revisão bibliográfica e análise de conteúdo. O embasamento teórico foi assentado em obras de: ABBAGNANO; BAGNO; ETTO e CARLOS; FICHTE; GONÇALVES; MARRA e MILANI; MATURANA; MORIN; PINKER; PRADO; RODRIGUES; ROSENSTOCK-HUESSY; SACHET; SAUSSURE; TARALLO; e VYGOTSKY.

PALAVRAS-CHAVE: *Linguagem. Complexidade. Preconceito Linguístico.*

¹ Doutorando em Educação pela Logos University International. Doutor Honoris Causa Multiplex em Educação; Psicanálise; Literatura; Comunicação Social; e Humanidades. Mestre em Teologia. Especialização em: Língua Portuguesa e respectivas Literaturas; Psicopedagogia; e Psicanálise Clínica. Bacharel em Filosofia e Teologia. Embaixador da Paz e Delegado Cultural pela Organização Mundial dos Defensores dos Direitos Humanos. Vice-Presidente da Academia de Letras do Brasil-DF. E-mail: andrepullig@yahoo.com.br.

² Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior e Neuropsicologia; Neuroaprendizagem; Psicopedagogia Institucional, Clínica; e Educação Infantil, Gestão e Educação Ambiental. Licenciatura em Pedagogia. E-mail: sipeoli@yahoo.com.br

³ Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Pós-Doutor em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP.

Revista ALTERJOR

Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)

Ano 13 - Volume 01 - Edição 27 - Janeiro-Junho de 2023

Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, São Paulo, CEP: 05508-020

ABSTRACT: What makes us unique among other living beings is the imperative need and ability to communicate. This work aims to take a look at language in line with complexity theory. We will see that the association between subject (human being) and object (language) is excluding. In this way, we will highlight some circumstances that involve the relationship between speakers and the language, among which linguistic prejudice, in order to take a look at reductionist and discriminatory discourses, driven by ignorance of the complex thinking that permeates postmodernity. The methodology used for the construction of this article was: research of a basic nature with a qualitative approach, with an exploratory-descriptive nature, with bibliographic review and content analysis. The theoretical basis was based on works by: ABBAGNANO; BAGNO; ETTO and CARLOS; FICHTE; GONÇALVES; MARRA and MILANI; MATURANA; MORIN; PINKER; MEADOW; RODRIGUES; ROSENSTOCK-HUESSY; SACHET; SAUSSURE; TARALLO; and VYGOTSKY.

KEYWORDS: *Language. Complexity. Linguistic Prejudice.*

INTRODUÇÃO

Conforme o Dicionário de Filosofia, de Abbagnano (2007), linguagem pode ser definida como um sistema de signos convencionais que pretende representar a realidade e que é usada na comunicação humana. Torna-se um conceito filosoficamente importante na medida em que, a partir do pensamento moderno, passa a ser considerada como elemento estruturador da relação do homem com o real.

Pode ser entendida, também, como fato social, pois se trata de um fenômeno construído no âmbito social. Tal abordagem é retomada por Marra e Milani (2012) ao buscarem conciliar o estudo da mudança linguística com os estudos da estrutura da sociedade.

A partir de Wittgenstein a própria filosofia ampliou o estudo na área que doravante desenvolvemos. Duas abordagens são privilegiadas: a psicossociológica e a lógico-veritativa. Esta, entende a linguagem como algo capaz de mimetizar situações possíveis de existência em comparação com as coisas já existentes, para se verificar como verdadeiras ou não. Aquela, busca entender as relações humanas conforme aquilo que é produzido no plano mental, ou seja, no mundo das ideias.

Se a linguagem é abordada a partir da característica que possui de ser o instrumento privilegiado da interação intersubjetiva, necessário, entre outras coisas, ao estabelecimento do pacto social, parece

razoável afirmar, como alguns idealistas, que a linguagem tem por objetivo exteriorizar por meio dos signos sensíveis os conteúdos subjetivos da consciência, nossas ideias]...[Por outro lado, os filósofos que se preocupam prioritariamente em oferecer teorias semânticas capazes de explicar a capacidade que a linguagem possui de expressar verdades acerca do mundo tenderão a postular que a constituição dos sentidos independe das mentes que os compreendem, pois esses sentidos devem expressar, de alguma forma, o comportamento do mundo]...[sob esse enfoque, deve ser encarada como um instrumento para falar do mundo e não do universo psíquico (PRADO, 2013, p. 269).

A abordagem que faremos sobre a linguagem, neste artigo, é aquela que condiz com a capacidade de os seres humanos adquirirem e utilizarem sistemas complexos de comunicação, ou seja, expressarem seus pensamentos mediante signos arbitrários.

O que pretendemos com este trabalho é lançar um olhar sobre a linguagem, em consonância com a teoria da complexidade, em que a dissociação entre sujeito e objeto não se faz necessária, conforme a tendência da ciência moderna. Dessa forma, colocaremos em evidência algumas circunstâncias que envolvem a relação dos falantes com a língua, dentre as quais o preconceito linguístico, a fim de lançarmos um olhar sobre os discursos reducionistas e discriminatórios, levados pelo desconhecimento do pensamento complexo que perpassa pela pós-modernidade.

LINGUAGEM E COMPLEXIDADE

A linguagem é o mecanismo que os seres humanos utilizam para organizar signos e interagirem.

Ao buscarmos a origem dos grupos sociais, podemos chegar à conclusão de que os fenômenos sociais podem ser assimilados com o surgimento da própria linguagem.

Para entendermos a lógica da linguagem, devemos deixar de lado nossos próprios métodos de estudar a linguagem sob o modo reflexivo. A lógica da linguagem constrói-se por um tipo de conhecimento que a mente científica moderna não considera sequer uma possibilidade remota. (ROSENSTOCK-HUESSY, 2002, p. 98).

O estudo da linguagem acontece por meio da ciência conhecida como Linguística. Ela começa a tomar corpo científico no início do século XIX com o método histórico-comparativista, de Franz Bopp, mas foi sistematizada a partir da publicação da

obra póstuma de Ferdinand de Saussure “Curso de Linguística Geral”, em 1915, por seus alunos Charles Bally e Albert Sechehaye.

Sabemos que a linguagem é processada fundamentalmente em duas regiões cerebrais conhecidas como Área de Broca e Área de Wernicke. A Área de Broca fica localizada parcialmente no córtex pré-frontal e na área pré-motora. É responsável pela produção da linguagem. A Área de Wernicke localiza-se no lobo temporal e é responsável pela compreensão dela.

Ao relacionarmos a linguagem com a teoria da complexidade, devemos considerar a impossibilidade de analisarmos a comunicação destituída da sua fonte, uma vez que não podemos conceber a existência do ser humano sem a linguagem e vice-versa.

O ser vivo seria, dessa forma, um sistema dinâmico, pois sua estrutura estaria, continuamente, se transformando e se modificando. Isso nos faz lembrar da arbitrariedade presente nos signos linguísticos.

Ao refletirmos sobre essa questão, consideramos que o paradigma científico instituído, a partir da modernidade, é considerado por Edgar Morin como simplificador e reducionista, pois retirou do campo das investigações o sujeito e privilegiou o objeto, pois se acreditava que os objetos poderiam ser analisados isolados dos sujeitos. Daí chegarmos à crise científica da pós-modernidade, pois a ciência não tem dado conta das questões subjetivas e transcendentais que permeiam esse sujeito cognoscente.

Da mesma forma, entendemos ser inconcebível estudar a linguagem (objeto) sem contextualizar o sujeito. Eis como a teoria da complexidade se encaixa nesse argumento, pois complexidade, conforme defendido pelo pensador Edgar Morin, quer dizer: o que é tecido junto. Aponta para relações heterogêneas, inexoravelmente associadas, em que o todo está nas partes e as partes estão no todo.

Morin (2005) critica o pensamento positivista e tecnicista, produto da ciência tradicional, por ser operado pela seleção de dados significativos e rejeição de dados, supostamente, não significativos.

Vivemos sob o império dos princípios de disjunção, de redução e de abstração cujo conjunto constitui o que chamo de o ‘paradigma de simplificação’. Descartes formulou este paradigma essencial do

Ocidente, ao separar o sujeito pensante (*ego cogitans*) e a coisa entendida (*res extensa*) (MORIN, 2005, p. 11).

Edgar Morin (2005) defende que o sujeito irá emergir ao mesmo tempo em que o mundo emerge, constituirá esse mundo e será constituído por ele. Portanto, deveríamos olhar dialogicamente para as relações desse sujeito com o seu mundo e não o desprezar.

Assim nosso ponto de vista supõe o mundo e reconhece o sujeito. Melhor, ele coloca a ambos de maneira recíproca e inseparável: o mundo só pode aparecer como tal, isto é, como horizonte de um ecossistema de ecossistema, horizonte da *physis*, para um sujeito pensante, último desenvolvimento da complexidade auto-organizadora. Mas tal sujeito só pode aparecer ao final de um processo físico no qual se desenvolveu, através de mil etapas, sempre condicionado por ecossistema, tornando-se cada vez mais rico e vasto o fenômeno da auto-organização. O sujeito e o objeto aparecem assim como as duas emergências últimas inseparáveis da relação sistema auto-organizador/ecossistema (MORIN, 2005, p. 39).

A língua seria, então, um produto social facultativo da linguagem convencionalizada pela sociedade, a fim de possibilitar a comunicação. Ela pode ter um enfoque estruturalista, vista como sistema virtual e abstrato; gerativista, enquanto processo mental inato; até mesmo um enfoque funcional, ou seja, produto e processo da interação humana.

Para um behaviorista, por exemplo, a linguagem humana pode ser vista enquanto condicionamento social, ou seja, um fenômeno externo ao ser, decorrente de estímulos e fixado segundo repetições. Para um gerativista essa visão despreza a capacidade de o indivíduo usar a língua de maneira criativa, pois todos os indivíduos são criativos; sendo alfabetizados ou não, o ser humano é capaz de criar infinitas combinações linguísticas, das mais simples às mais complexas.

A língua funciona da seguinte maneira: o cérebro de cada pessoa contém um léxico de palavras e os conceitos que elas representam (um dicionário mental), e um conjunto de regras que combina as palavras para transmitir relações entre conceitos (uma gramática mental) (PINKER, 2004, p. 98).

De acordo com Saussure (1970) uma língua constitui um sistema e tal sistema possui as suas peculiaridades. “Há, segundo nos parece, uma solução para todas essas

dificuldades: é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e torná-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem.” (SAUSSURE, 1970, p. 16).

Saussure (1970) disse que nada entra na língua sem ter sido antes experimentado na fala e todos os fenômenos evolutivos têm sua raiz na esfera do indivíduo.

Pinker (2004) exemplificou que por meio de simples ruídos produzidos por nossas bocas somos capazes de fazer com que combinações de ideias surjam na mente do outro.

Humberto Maturana (2001) aduziram que nossa experiência social está pautada na linguagem. Ela, segundo esse pensador, é o que nos torna essencialmente humanos.

“Nós seres humanos conhecemos o mundo através das mensagens transmitidas por nossos sentidos ao nosso cérebro. O mundo está presente no interior de nossa mente, que está no interior de nosso mundo.” (MORIN, 2005, p. 88).

Para Sachet (2008), embora possuamos uma biologia de homo *sapiens*, somos caracterizados por uma linhagem cultural e não, prioritariamente, biológica, isso porque surgimos de uma história evolutiva do viver imersos na linguagem. Dessa forma, a conservação desta organização permitiu todas as mudanças estruturais dentro da nossa biologia.

O fato de os seres humanos serem constitutivamente sociais faz com que a linguagem seja vital no seu modo de vida. A experiência sócio-humanista só será possível com outros seres humanos imersos na linguagem. Quando retiramos essa condição ou mesmo impomos barreiras que limitam essa capacidade, colocamos em risco a manutenção da própria vida em sociedade.

Sem a experiência social nos seria impossível a recursividade linguística, o exercício da linguagem e a existência de uma mente que nos permite fazer determinadas distinções. Somos indivíduos e sociedade ao mesmo tempo à medida que os dois domínios acontecem numa história de interações recorrentes, que permite uma conexão estrutural interpessoal e a descoberta de que compartilhamos um mundo que estamos especificando em conjunto através de nossas ações (MATURANA e VARELA, 1996, p. 154 apud SACHET, 2008, p. 103).

Pelo princípio hologramático, de Morin, é impossível conceber o todo sem as partes e as partes sem o todo. Pinker (2004) dirá que por trás do instinto da linguagem há uma formulação de Wilhelm von Humboldt o qual pressagiava Chomsky com a seguinte questão: a língua faz um uso infinito de meios finitos.

De acordo com Saussure (1970), a linguagem teria um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro. Ela implica um sistema estabelecido e uma evolução simultaneamente. Tais premissas corroboram com os princípios da dialógica e da recursão organizacional, de Edgar Morin. Pelo dialogicismo, as partes, embora diferentes e antagônicas, podem ser complementares e não, necessariamente, excludentes. Pela recursividade, a sociedade é constituída pelos indivíduos que, ao mesmo tempo, a constitui. Sem a sociedade e sua cultura, sem a linguagem, não seríamos humanos.

Para Morin (2005), quando se chega por vias empírico-rationais a contradições, não significa que existam, aí, erros, mas justamente uma relação complexa passível de reflexão. Para esse pensador, o pensamento complexo não rechaça a clareza, a ordem, o determinismo, ele somente os considera insuficientes.

Quando refletimos sobre a interação sujeito-linguagem e as questões ligadas ao preconceito linguístico, devemos nos lembrar, como afirma Bagno (2002), que uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, também a gramática normativa não é a língua.

Dessa forma, o uso da norma culta da língua teria garantido o seu *status* dentro da sociedade, com a utilização em ocasiões específicas de formalidade sem, contudo, desprezar o conhecimento intuitivo do indivíduo. Ao desprezarmos esse conhecimento, sua visão de mundo e suas formas de comunicá-lo, por conta de barreiras linguísticas impostas socialmente, estamos anatematizando esse ser. É preciso reconhecer, na língua que ele fala, a sua identidade.

De acordo com Bagno (2002), o preconceito linguístico, gerado pela ideia de que existe uma única língua correta – baseada na gramática normativa –, colabora com a prática da exclusão social. Ele afirma que o preconceito linguístico resulta da comparação indevida entre o modelo idealizado de língua que se apresenta nas

gramáticas normativas e nos dicionários e os modos de falar reais das pessoas que vivem na sociedade.

Alguns defensores da norma gramatical, como Napoleão Mendes de Almeida, a defendem como parâmetro exclusivo para a utilização da língua. Propõem que qualquer manifestação linguística que não se enquadre às suas regras e ao dicionário é tida como errada.

Já alguns linguistas, como Bagno (2004), defendem que há regras gramaticais que nunca serão observadas pelos usuários da língua, pois a gramática tradicional não contempla todos os fenômenos da língua, um dos exemplos citados pelo autor é a colocação dos pronomes oblíquos átonos (clíticos de 3ª pessoa) que, apesar de aparecerem na gramática normativa e ser ensinado tradicionalmente na escola, estão caindo em desuso no português brasileiro.

Rosenstock-Huessy (2002) acentua quatro sintomas que a linguagem pode sofrer:

1. O sintoma da guerra, quando não escuta o que o outro diz;
2. O da crise, quando não sabe o que dizer;
3. O da revolução, quando há dificuldade de se articular as ideias; e
4. O da degeneração, decorrente da repetição hipócrita.

Segundo o autor, a linguagem compreende a capacidade de escutar, falar, articular e repetir. Tais atos expandem seus limites. Essas atitudes possibilitam-nos superar a surdez diante do outro; a mudez diante do semelhante; os ruídos contra a velha articulação; e a estereotipagem da vida.

Fichte (2014) afirmou que a causa principal de qualquer progresso é a experiência decorrente da insuficiência dos meios linguísticos existentes para transmitir, de forma adequada, os pensamentos, ou seja, nossa intencionalidade.

Se pensarmos, por exemplo, que cada ocasião exigirá de nós um vestuário adequado à determinada situação, entenderemos que a linguagem funcionará da mesma forma. Para cada ocasião, usaremos um nível distinto de monitoramento linguístico, dependendo das nossas intenções e da possibilidade de interações, levando-se em conta, sempre, a situação sociocomunicativa.

Rosenstock-Huessy (2002) afirma que o vestuário tornou os homens mutáveis. A história seria, então, o constante fazer e desfazer de ordens sociais temporárias. E por que seria diferente com a linguagem? Enquanto organismo vivo, ela continua em constante transformação em busca de adaptação.

Quando consideramos nossa formação linguística, vemos que não tem sentido as tentativas de homogeneização da língua com base em uma gramática normativa. O que temos é uma herança cultural em que uma elite definiu a literatura impressa como padrão textual e oral. Numa perspectiva da teoria da complexidade (MORIN, 2005), podemos arriscar a pensar a língua como um sistema auto-eco-organizador, que não é suficiente em si mesmo – conforme a gramática normativa nos propõe que a língua seja – e não faz sentido se não abarcar o ambiente externo, ou seja, se não considerarmos as situações sociocomunicativas.

Em um contexto em que se pressupunha a língua homogênea e, mais do que isso, uma hegemonização de determinada língua, muitas outras foram ignoradas e, até mesmo, extintas.

Segundo Rodrigues (1993), havia em torno de mil línguas indígenas diferentes quando os primeiros colonizadores aportaram em nosso País.

Para lidar com essa grande variedade linguística é que foram estabelecidas as línguas gerais.

No caso brasileiro, os portugueses usaram duas línguas gerais, uma para o Sul, conhecida como língua geral paulista, e uma para o Norte, conhecida como nheengatu. A língua geral paulista tinha como base a língua dos índios tupinambás e foi usada pelos bandeirantes a partir do século XVII, sendo rapidamente levada para diferentes partes do país. Ela está totalmente extinta e dela não temos praticamente nenhum vestígio. Sua extinção foi resultado, entre outras coisas, das medidas adotadas pelo governo português, na figura do Marquês de Pombal, de ensinar apenas o português e punir quem falasse outras línguas. O nheengatu foi a língua usada pelos jesuítas para a catequese e também pelos portugueses na conquista e nas relações com os habitantes do Norte do Brasil. Diferentemente da língua geral paulista, o nheengatu continua vivo até hoje e é uma das línguas oficiais da cidade de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. Tem por base também línguas do tronco tupi (GONÇALVES, R. T.; BASSO, R. M., 2010, p. 129).

Dentre as línguas que aqui chegaram por causa do tráfico negreiro estavam: iorubá, quicongo, quimbundo e umbundo. Dessa forma, não podemos desprezar a marca multilinguística na formação da sociedade brasileira.

Há pelo menos dois motivos principais para falarmos em influências linguísticas indígenas e africanas na estrutura do português brasileiro: o convívio durante séculos de populações indígenas e africanas com os europeus colonizadores, que eram em número muito maior do que o de europeus; e diferenças linguísticas significativas entre as variedades do português falado no Brasil e em Portugal (GONÇALVES, R. T.; BASSO, R. M., 2010, p. 149).

Fica evidente que o purismo linguístico, herança europeia, que tanto influenciou a Literatura Brasileira e que serviu de molde para a construção de nossa gramática normativa não se sustenta quando avaliamos não somente a influência africana e indígena na construção da nossa identidade linguística, mas também as tantas outras contribuições, em virtude da chegada de imigrantes em nosso País.

Nesse sentido, é preciso considerar a língua um sistema aberto que, na perspectiva da teoria da complexidade (MORIN, 2005), tem sua existência e estrutura alimentada por fatores externos, como também, seus falantes possuem suas peculiaridades: nível socioeconômico, grau de escolaridade, faixa etária, localização geográfica, contato linguístico, entre outros.

Devemos considerar, por fim, que a língua é um todo (neste caso, o português brasileiro), constituído por partes (variedades linguísticas) e, na perspectiva que adotamos aqui, ela é um tecido complexo, em que todas as relações devem ser consideradas. Assim, conhecer a língua e saber utilizá-la não se restringe a conhecer a norma padrão. Conhecer a língua, nessa perspectiva, é saber utilizá-la de formas diferentes em contextos diversos, ou seja, saber adequar o seu uso ao contexto sociocomunicativo.

CONCLUSÃO

As diferenças sociais, não raras vezes, são marcadas pelas variedades linguísticas dos falantes, tidas como superiores ou inferiores. Esse fato corrobora, em

grande medida, para comportamentos preconceituosos no que diz respeito aos usos da língua que são diferentes daqueles empregados na norma culta.

Dessa forma, entendendo a língua como um fenômeno social, estaríamos diante de duas situações: uma coercitiva, imposta pela norma culta da língua, exigência para situações formais; e outra flexível, em que os falantes da língua desenvolvem, intencionalmente, a comunicação, a depender da situação interativa, mas com baixo grau de monitoramento, ou seja, um uso informal. Esse processo é conhecido como Teoria da Variação que defende a heterogeneidade da língua, ao aceitar o fenômeno da variação como característica inerente a todas as línguas, conforme defende Tarallo (1986).

O valor de certo e errado, nessa perspectiva, é substituído por adequado e inadequado, de acordo com o contexto sociocomunicacional.

Essa interpretação heterogênea da língua vai possibilitar ao professor, por exemplo, entender que o uso das variações não deve ser discriminado em sala de aula, pelo contrário, devem servir como ponto de partida para o ensino das formas mais prestigiadas, pois, provavelmente, essa transição de uma forma desprestigiada para uma forma culta irá facilitar o processo de aprendizagem dos alunos e colaborar para a desconstrução de práticas pedagógicas monolíngues que favorecem o surgimento e ocorrência do preconceito linguístico (ETTO, R. M.; CARLOS, V. G., 2017, p. 13).

Segundo Fichte (2014), a linguagem é decorrente da razão humana. O ser humano está sempre a desenvolver suas formas de comunicação, conseqüentemente, sua capacidade evolutiva.

Tal premissa encontrará abrigo na teoria da complexidade, de Morin, tanto no que diz respeito à recursividade, à dialógica, quanto ao princípio hologramático.

Lembre-mos que a linguagem não segue, imperativamente, um padrão linear. O emissor se utiliza de um canal para transmitir uma mensagem a um receptor, de acordo com um referente ou uma intencionalidade e essa mensagem retorna para ele em forma de *feedback* positivo ou negativo. Isso cria uma recursividade linguística. Em relação à dialógica, nem sempre as ideias antagônicas precisam ser excludentes. Dessa forma, permitiríamos a continuação no processo do conhecimento, ao interagirmos uns com os outros e levarmos em consideração o que o outro tem a dizer; também, sua

capacidade de ouvir. Quanto ao princípio hologramático, não concebemos a ideia de um sujeito dissociado da linguagem nem a linguagem do sujeito, uma vez que existe íntima relação entre eles.

A língua seria, então, um produto social facultativo da linguagem convencionalizada pela sociedade, a fim de possibilitar a comunicação. Isso nos bastaria para levarmos em consideração que a linguagem é um instrumento de poder, mas, ao mesmo tempo, de interação social.

Ao trazer à luz as contribuições da Sociolinguística para este trabalho, veremos que ela defende não haver um código linguístico absoluto em que a fala deva ser norteada por ele. A variedade linguística reflete, assim, a variedade social.

Uma maneira de possibilitar o entendimento das variações linguísticas é a utilização de textos como letras de música, notícias de jornal, recursos de áudio e vídeo, e outros que mostrem as variações sendo utilizadas como recurso para a construção de sentido ou como uma ferramenta para caracterizar um tipo de personagem em dada obra, que pode vir a colaborar para o despertar da consciência dos alunos no uso das variantes linguísticas e possibilitar que eles utilizem várias formas, segundo a circunstância e o contexto de comunicação (ETTO, R. M.; CARLOS, V. G., 2017, p. 14).

Portanto, ao refletirmos sobre o sujeito e a linguagem devemos levar em consideração que um não pode existir sem o outro, conforme vimos pela teoria da complexidade. As situações de preconceito linguístico, vigentes em nossa sociedade, são danosas ao ser humano, ao ensejo em que invalidam a atuação dele em seu meio. Ao tratarmos das manifestações linguísticas, devemos esclarecer que escrevemos e falamos de acordo com os diversos contextos sociais relacionados aos vários tipos de usos da língua, pois não podemos desprezar que a recursividade presente nos sistemas linguísticos permite infinitas formas de comunicação aos seus utilizadores.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico** – o que é, como se faz. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- ETTO, Rodrigo Mazer; CARLOS, Valeska Gracioso. **Sociolinguística: o papel do social na língua**. São José do Rio Preto: Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP, 2017. Disponível em: <<http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/revistamosaico/article/viewFile/444/414#:~:text=Para%20a%20Sociolingu%C3%ADstica%20a%20l%C3%ADngua,101>>. Acesso em: 9 fev. 2021.
- FICHTE, Johann Gottlieb. **Da faculdade linguística e da origem da linguagem**. Braga: Universidade do Minho, Revista Diacrítica, vol. 28, nº 2, 2014. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/47291/1/Fichte%20Introduc%CC%A7a%CC%83o%20e%20traduc%CC%A7a%CC%83o.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2021.
- GONÇALVES, Rodrigo Tadeu; BASSO, Renato Miguel. **História da língua**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- MARRA, D.; MILANI, S.. **Uma teoria social da lingua(gem) anunciada no limiar do século XX por Antoine Meillet**. São Paulo: Revistas USP - Linha d'Água, nº 25 (2), p. 67-90, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47715>>. Acesso em: 9 fev. 2021.
- MATURANA, H. R. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.
- PINKER, Steven. **O instinto da linguagem** – como a mente cria a linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- PRADO, Lúcio Lourenço. **Filosofia da Linguagem**. In PRADO, Lúcio Lourenço; JUNIOR, Klaus Schlünzen; SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya. (Orgs.). Filosofia – coleção temas de formação. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2013. p. 264-308.
- RODRIGUES, A. **Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas**. D.E.L.T.A., nº 9, p. 83-103, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45596#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20dessas%20l%C3%ADnguas%20no,como%20conseq%C3%BC%C3%Aancia%20da%20coloniza%C3%A7%C3%A3o%20portuguesa.>>>. Acesso em: 16 fev. 2021.
- ROSENSTOCK-HUESSY, Eugen. **A origem da linguagem**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- SACHET, Zenaide. **"Tudo é dito por um observador"**. Da autopoiesis dos seres vivos à imersão humana na linguagem. Currículo. 2008. Dissertação (Mestrado em

Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.

TARALLO, Fernando. **A Pesquisa Sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.